



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: O CASO DO QUILOMBO DE NAZARÉ, ITAPIPOCA, CEARÁ

THE SOCIAL AND SPACIAL ARRANGEMENT OF QUILOMBOLA TERRITORIES: THE CASE OF THE QUILOMBO OF NAZARÉ IN ITAPIPOCA, CEARÁ

Leilane Oliveira Chaves

*Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza, CE, Brasil
e-mail: leilane_chaves@hotmail.com*

Edson Vicente da Silva

*Prof. Dr. do Departamento de Geografia
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza, CE, Brasil
e-mail: cacauceara@gmail.com*

RESUMO

Com a mobilização de diferentes setores da sociedade, as comunidades quilombolas contemporâneas inauguram um novo contexto nacional, saindo da invisibilidade pelo direito a auto definição. No Brasil, já foram identificadas cerca de 2 mil comunidades em diversas regiões brasileiras, muitas delas apresentam conflitos socioambientais dos mais diversos comprometendo o modo de vida local. Nesse sentido, buscou-se analisar as formas de organização e os conflitos socioambientais vivenciados pelos quilombolas de Nazaré, município de Itapipoca, no estado do Ceará. Para isso, tomou-se como ponto de partida, o levantamento de dados bibliográficos e cartográficos, a inserção de metodologias participativas como a Observação Participante e a metodologia da Cartografia Social, onde as observações demonstraram que as relações de parentesco são importantes elementos na vida social dos moradores, concretizando-se em um movimento de valorização de sua identidade quilombola e na possibilidade de resolução dos conflitos instaurados. Acredita-se que o trabalho é uma importante contribuição para a visibilidade do movimento quilombola cearense, além de um relevante documento com informações do quilombo de Nazaré.

Palavras-chave: Visibilidade, conflitos, recursos naturais.

ABSTRACT

As a result of the mobilization of different sectors of society, contemporary quilombola communities have set in motion a new national setting, emerging from the lack of recognition towards the conquering of the right to self-definition. In Brazil, around 2,000 quilombola communities have been identified to date, and many of them present a wide range of social and environmental conflicts, which deeply compromise local living customs. For this reason, the analysis of the arrangement forms of quilombola groups in Nazaré, municipality of Itapipoca, located in the state of Ceará, as well as of the social and environmental conflicts faced by those communities, has presented itself as crucial. The starting point consisted of the collection of bibliographic and cartographic data and the inclusion of research methods such as Participatory Observation Research and Social Cartography's method approach, techniques in which field analyses have shown the importance of family bonds in the social lives of local quilombo inhabitants. The study allowed a movement of appreciation of the quilombo's own cultural identity to be brought forth, as well as and the possibility of resolution of current local conflicts. We believe that this present work is a relevant contribution to the recognition of the quilombola movement in Ceará in addition to being an important document that contains information on the quilombo of Nazaré.

Keywords: Acknowledgement, conflicts, natural resources.

INTRODUÇÃO

No ano de 2003, um grupo de moradores residentes no povoado de Nazaré, Distrito de Arapari foi reconhecido pelo poder público local como diferentes. A cor de sua pele e as condições de vida os distinguia do restante da população itapopiquense. Durante seis anos, esse grupo social, hoje denominado Comunidade Quilombola de Nazaré, buscou a reconstituição de sua história.

Anos depois, em 2011, Nazaré recebe a Certidão de Registro do Cadastro Geral das Comunidades Remanescentes de Quilombos pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Desde então, iniciaram um processo em busca de visibilidade junto ao Poder Público.

As formações de quilombos no Brasil datam do século XVI, e surgiram como forma de resistência às condições de vida e trabalho impostas nos períodos colonial e imperial. No presente, a visibilidade dessas comunidades fez com que o conceito de quilombo fosse modificado, buscando cobrir os diferentes contextos de posse de terras por populações predominantemente negras no país.

Esse panorama é um reflexo não só do Quilombo de Nazaré, mas de outras comunidades que, durante um longo período, permaneceram invisíveis na história do Brasil. Até recentemente, só se ouvia falar desses grupos nos livros didáticos, mas em função dos diversos movimentos de diferentes setores da sociedade, essa realidade está em decurso de modificação, tendo-se, assim, um novo olhar para os remanescentes dos antigos quilombos.

Além da luta pela afirmação de sua identidade, essas comunidades enfrentam constantes conflitos com agentes internos e externos pelos direito de utilizar de forma plena a terra e os recursos nela existentes. Logo, o presente artigo tem como objetivo analisar as formas de organização social e espacial dos moradores de Nazaré frente às constantes pressões de outros grupos sociais.

Buscando-se atingir o objetivo proposto o procedimento metodológico foi definido a partir de revisão bibliográfica recorrendo a informações obtidas em livros, artigos científicos, sites relacionados ao tema, teses e dissertações, Observação Participante e a metodologia da Cartografia Social. Acredita-se, que com a inserção do pesquisador no mundo das pessoas que se pretende estudar, buscando conhecê-las, pode-se compreender a importância que esses elementos representam no cotidianamente dos moradores (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Com a inserção de práticas da Cartografia Social no Quilombo de Nazaré objetivou-se: i) aumentar a capacidade de solucionar problemas usando suas habilidades tradicionais e recursos locais; ii) contribuir para a sustentabilidade a nível local; iii) possibilitar o fortalecimento da organização comunitária e do “empoderamento” local; e iv) reforçar o papel da comunidade na afirmação do território e de sua identidade.

Aliando-se esses instrumentos, pôde-se chegar à compreensão das formas de organização e as problemáticas vivenciadas pela comunidade, influenciando na capacidade reflexiva, possibilitando que a comunidade crie e recrie novas formas de vida. A interligação desses instrumentos pode traçar uma atual configuração das condições socioeconômicas, ambientais e fundiárias da comunidade podendo subsidiar ações concretas para a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade.

Breve cenário sobre os antigos e novos quilombos no Brasil

A expansão marítima empreendida, sobretudo pelas nações ibéricas, ao longo dos séculos XV e XVI foi impulsionadora para a captura de mão de obra em diversas regiões do continente africano. Mattoso (2003, p. 29) esclarece que no começo, o tráfico de africanos demorou a se organizar, mas, por volta de 1650, se fez de fato uma parceria estabelecida entre os europeus e alguns reinos africanos, estendendo-se do interior do Golfo da Guiné, percorrendo o sul do Congo, Angola e Benguela, até o litoral da África Oriental.

A utilização dos portos da África e a posterior instalação da colonização europeia na América, fez do homem negro uma mercadoria diferente das outras e bastante rendosa. “Entre 1502 e 1860, mais de 9 milhões e meio de africanos foram transportados para as Américas, e o Brasil tornou-se nesse período, o maior importador de homens pretos” (MATTOSO, 2003, p. 18).

Os africanos escravizados provinham de várias regiões da África - Guiné (Bissau e Cachéu) e Costa de Mina foram responsáveis pelo maior número de comercialização, depois Congo e Angola, no século XVII, tornaram-se os centros exportadores mais importantes. O local de exportação variava dependendo da organização do tráfico, das condições locais na África e das preferências dos senhores brasileiros (ALBUQUERQUE, 2006).

“Para atingir os objetivos de exploração econômica das suas colônias na América, os europeus tiveram que escolher produtos de grande procura na Europa e que permitissem a produção em grande escala [...]” (MATTOS, 2007). Grande parte do trabalho realizado nesse período (agricultura, mineração, serviços domésticos e nas cidades) foi empreendida pelos africanos escravizados, desempenhando um papel ativo durante a colonização e o povoamento do Brasil. Suas técnicas de cultivo, mineração e até mesmo de criação de animais possibilitaram maior desenvolvimento das atividades.

Mesmo estando em uma terra distante, os africanos não aceitaram passivamente a escravidão. Diversas formas de resistência foram usadas desde fugas, suicídios e formação de comunidades independentes. Como expõe Goulart (1972, p. 28), “[...] fugindo o escravo demonstrava sua fibra rebelde, o calor de sua revolta, indiferente aos impiedosos castigos a que seria submetido quando

capturado: açoites, tronco, ferro em brasa, colares de ferro, e até amputação se reincidente [...]”.

As notícias de fugas alimentavam os jornais da época. Homens, mulheres, jovens e velhos, de todos os ofícios e origens, alimentavam a crônica diária dos escravos fugitivos dos jornais brasileiros. Fogem nas piores condições, sem saber que marcas presentes em seu corpo permitem fácil recaptura, como se observa nesse episódio apresentado por Mattoso em sua obra, *Ser escravo no Brasil* (2003, p. 153):

Fugiu desta fazenda Timbo, pertencente a Ignácio Borges de Barros, uma escrava de nome Maria, da nação nagô, baixa, gorda, com o rosto bem marcado, faltando-lhe um pedaço da orelha direita na parte alta, traz sempre um turbante na cabeça por causa da dita orelha. Quem a devolver ou der informações exatas a seu respeito será bem recompensado pelo trabalho (Jornal da Bahia, 23-1-1855).

As fugas deram origem à formação de comunidades independentes, que posteriormente foram denominados de quilombos. Moura (1981) retrata que essas comunidades estiveram presentes no Novo Mundo, do período escravista até pós-abolição – pontilhando diversas partes do território brasileiro, assentada em diversos tipos de formação. Existem quilombos formados a partir da resistência à escravidão, há os que foram fundados por negros livres, há quilombos instituídos com a compra de terras pelos negros, e ainda aqueles que surgiram na pós-abolição.

No Brasil, esses agrupamentos também recebiam a denominação de mocambos ou terras de preto. Essas comunidades estabeleceram alianças com diversos outros grupos (indígenas, pequenos agricultores, comerciantes) que assim como eles não participam efetivamente da vida social da sociedade, mas desempenhavam um papel importante na vida econômica, comercializando gêneros agrícolas (GOULART, 1972; MATTOS, 2007).

Ao longo da história do Brasil, ocorreram várias análises e interpretações referentes ao fenômeno quilombola. “Surgido no século XVI, o quilombo foi inicialmente identificado pelos cronistas, viajantes e autoridades como algo ‘nocivo’ a sociedade colonial, mas com o passar dos anos mostrou-se uma dos maiores símbolos de resistência dos negros escravizados” (FIABANI, 2008, p. 35).

Na primeira metade do século XIX, com o fim do tráfico negreiro surge à figura do africano livre, mas não incorporado à sociedade formalmente, suas

condições de vida ainda se assemelhavam aos vividos no período escravista. Tanto é que muitos africanos preferiram continuar morando nas comunidades independentes, tornando-se um lugar de referência de aglomerações de pessoas negras (FIABANI, 2008).

Após a abolição da escravatura pensou-se que esses grupos haviam deixado de existir, não despertando o interesse de autoridades da época. Apenas em 1970 e 1980 é que alguns estudiosos timidamente lançaram-se a estudar esse fenômeno, mas foi após a Constituição de 1988 que obtiveram notoriedade nacional (FIABANI, 2008). No artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da referida Constituição, ficou estabelecido o reconhecimento da propriedade das terras dos “remanescentes das comunidades de quilombo”. Nesse momento, o debate ganha o cenário político nacional, resultando em publicações das mais diversas.

Esse dispositivo tornou-se um marco na história dos quilombolas. Antes, porém, de sua aprovação, o anteprojeto de lei que se transformou no artigo 68º do ADCT passou por diversas reformulações, em decorrência das divergências por parte do Poder Público, dos pesquisadores, das lideranças do movimento negro e das comunidades quilombolas, na definição dos grupos que seriam privilegiados com o referido dispositivo.

A busca de um conceito que beneficiasse a diversidade de formações de quilombos existentes na atualidade envolveu diversos segmentos da sociedade brasileira. Esta nova visão surge da inaplicabilidade das definições propostas pelo Conselho Ultramarino, ainda em 1740, que os definia como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles” (ALMEIDA, 2002) e que influenciaram os trabalhos de importantes estudiosos da historiografia pátria.

Muitos aspectos da situação do negro foram discutidos, dentre os quais: educação, cultura, saúde, mercado de trabalho, racismo e, principalmente, a questão fundiária, que em muitos momentos não foi vista como um problema vivenciado por esses grupos.

Enquanto a promulgação do artigo 68º da ADCT garantia o direito à titulação das terras tradicionalmente ocupadas, os artigos 215 e 216 resguardavam as manifestações culturais desses grupos. Em seu teor, os artigos trazem apontamentos que visam à garantia a todas as pessoas o direito às manifestações

culturais, tendo-se nos bens materiais e imateriais a constituição da identidade nacional, tomadas individualmente ou em conjunto (BRASIL, 1988).

Com o surgimento de novas demandas sociais, o que movia os quilombos no período Colonial, já não é o que motiva hoje, existindo a necessidade do redimensionamento desse conceito, refletindo diretamente nos dispositivos constitucionais existentes e na criação de novos. A ressignificação do termo, entretanto, causou algumas confusões entre o que era o quilombo do período Colonial e as comunidades quilombolas atuais. Na tentativa de esclarecer tais dúvidas a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) mediante o seu grupo de trabalho, propôs, em 1994, uma nova interpretação, acentuando que,

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (O'DWYER, 2002, p.18).

Schmitt *et al* (2002, p. 4) asseveram que “a identidade quilombola é construída a partir da necessidade de lutar pela terra”. Carril (2006, p. 158) ainda ratifica que “essas conquistas somente se tornam possíveis através da materialização de sua história e cultura vinculadas ao território”. Nas áreas rurais, a base territorial é fundamental para a coesão interna, e é em torno da territorialidade fixada num ecossistema e até nas suas formas de preservação que os quilombos lutam para o seu reconhecimento.

Assim, Malcher (2009, p. 405) defende que a

[...] vinculação das comunidades ao território se caracteriza como fator fundamental, afinal, além de ser condição de sobrevivência física para os grupos, se constitui a terra como instrumento relevante à afirmação da identidade da comunidade, para a manutenção e continuidade de suas tradições.

Nessa perspectiva, entende-se que “o quilombo, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira, sobretudo, um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado [...]” (LEITE, 2000, p. 335).

Mapeamento participativo: novas formas de “empoderamento” social

“Eu posso ficar com um desse? Porque eu quero mostrar para todo mundo onde fica Nazaré”. Essa frase foi proferida por uns dos moradores da comunidade nos primeiros trabalhos de campo ao ver um mapa da área. Nas conversas informais, observou-se que essa não era uma vontade apenas de um morador, mas uma realidade almejada por muitos em virtude da intensificação dos conflitos fundiários, advindos da auto definição como quilombolas.

A busca por visibilidade e a identificação das formas de uso e ocupação do território de Nazaré foi o despertar para a inserção da metodologia da Cartografia Social, uma vez que os mapas podem ser utilizados pela comunidade como centro de reflexão sobre as formas de uso e ocupação de seu território e reafirmação de sua identidade, pensando o presente e o futuro da comunidade. O mapeamento feito pela própria comunidade pode representar suas representações simbólicas, convicções políticas, formas de uso e ocupação do solo, reconhecendo os interesses da comunidade, interligando espaços que configuram seu território (MILAGRES *et al*, 2010).

A disseminação dos mapas participativos possibilitou o desenvolvimento de metodologias mais flexíveis, respeitando as particularidades de cada grupo social (ACSELRAD; COLI, 2008). Como afirma Colchester (2002), o mapeamento participativo é uma ferramenta que aborda questões primordiais para as comunidades locais, onde os grupos envolvidos logram identificar a importância dessa prática para o fortalecimento da organização, “empoderamento” social e para a reafirmação de seus conhecimentos tradicionais.

Os projetos de mapeamento participativo envolvem diretamente os membros da comunidade na delimitação das fronteiras de seus domínios. Sendo úteis para mobilizar a comunidade e ensejar debates locais sobre reclamações de terras, como também auxiliar quanto às práticas de manejo dos recursos naturais (COLCHESTER, 2002). A produção dos mapas ocorre de forma empírica e fundamentada na vivência cotidiana do território, elaborando representações de seu meio físico e social (MILAGRES *et al*, 2010).

No Brasil, o emprego do mapeamento participativo recebeu outras denominações, como: levantamentos etnoecológicos, mapeamentos dos usos

tradicionais dos recursos naturais, mapeamento comunitário participativo, Cartografia Social, dentre outros. Assim, novas formas de fazer cartografia surgem, incluindo agentes sociais, anteriormente excluídos de projetos cartográficos de seus territórios.

A Amazônia tornou-se referência na utilização da metodologia da Cartografia Social, por conter grandes áreas ainda “desconhecidas”, mas com intensos conflitos fundiários. O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) foi o pioneiro no Brasil e contribuiu para a disseminação de opções de trabalhar com o mapeamento participativo nas comunidades tradicionais da Amazônia. A FCP entende essa iniciativa como um novo instrumento de fortalecimento dos movimentos sociais, transformando-os em protagonistas de sua identidade.

Essa nova cartografia possibilita maior visibilidade e o reconhecimento da diversidade territorial das comunidades tradicionais, uma vez que é a comunidade a definir o importante a identificar nos espaços em que vivem (MILAGRES *et al*, 2010). Uma das maiores vantagens no mapeamento participativo é o foco na comunidade, no poder de decisão, na identificação de problemas e no planejamento de ações.

Em Nazaré, o mapeamento participativo ocorreu em quatro etapas. A primeira correspondeu à participação nas reuniões da associação de moradores, objetivando consultar os moradores quanto ao interesse em realizar o mapeamento de seu território. Na segunda etapa, foi realizado um diagnóstico buscando identificar as potencialidades, limitações e problemas enfrentados pela comunidade.

Em seguida (terceira etapa), realizou-se a introdução da temática Cartografia Básica para os moradores, pois entende-se que só é possível realizar o mapeamento participativo se as pessoas se apoderarem do conhecimento, das técnicas e instrumentos para sua concretização, ou seja, o mapeamento participativo só ocorre quando acontece o compartilhamento dos conhecimentos advindos da educação cartográfica.

Na quarta etapa, foi possível iniciar a elaboração dos mapas baseando-se na identificação do que seria importante ser representado em um mapa. Nesse momento, contou-se com o envolvimento de jovens, adultos e de algumas crianças. A proposta apresentada pelos moradores foi de mapear, os recursos hídricos, os roçados, as residências, espaços de lazer (igreja e o campo de futebol). Foram

formados 4 grupos onde em alguns deles basearam-se pelas imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth 2010 e outros optaram apenas pela memória.

A construção dos mapas possibilitou a inserção de discussões importantes para a comunidade, identificando temas de interesse e preocupação dos moradores. Buscando resguardar o modo de vida e a identificação dos recursos naturais presentes no território de Nazaré os mapas não serão divulgados.

Nazaré: onde a vida acontece e faz sentido

Nazaré localiza-se na região serrana do município de Itapipoca, na divisa entre os municípios de Itapipoca e Uruburetama. Possui entre 640 a 750 metros de altitude, situa-se a 13 km da sede municipal (Itapipoca). Esta região, onde hoje, se encontra a comunidade foi ocupada por colonizadores e por escravos fugitivos desde o final do século XVIII.

A comunidade é formada por 51 famílias que vivem em sua maioria da agricultura familiar, criação de pequenos animais, extrativismo vegetal e da prestação de serviços. A geografia da localidade, com altitudes elevadas, relevo acidentado e vegetação densa e de difícil acesso, foi circunstancial para a manutenção de suas atuais condições de vida. No presente, a acessibilidade ainda é laboriosa, pois não são todos os veículos que conseguem realizar o percurso; alguns deles foram adaptados para realizar o transporte de pessoas.

O modo de vida local é diferente da vida das populações que vivem próximos ou nas grandes cidades. A comunidade é como se fosse uma grande família, cada um possuindo atribuições que possibilitem alcançar interesses em comum. As comunidades quilombolas contemporâneas são um exemplo de organização social, onde o grupo, para a manutenção do seu modo de vida, tem na luta pela terra uma forma de reconhecimento de sua identidade quilombola. Souza (2008) esclarece que, a organização pressupõe conscientização, e oferece meios para maiores articulações, que possibilitem formas concretas de enfrentamento da realidade. Assim, a organização social caminha na direção da identificação dos interesses e preocupações comunitárias.

No Quilombo de Nazaré, a organização social e espacial é pautada pelas relações de parentesco e pelo convívio estabelecido com as famílias que afirmam

deter a propriedade da terra. Os laços familiares desempenham papel fundamental de coesão do grupo, sendo um agregador do núcleo familiar, sejam em datas festivas, situações de enfermidades, nos roçados, na prestação de serviços e até mesmo na realização dos matrimônios.

A organização social também está presente nas relações de gênero, tendo como instância maior a figura masculina. Este é reconhecido como o chefe da família e provedor do núcleo familiar influenciando na rotina diária das atividades e nas formas de organização da comunidade, tanto de caráter produtivo como social. Os homens são responsáveis pela família e provedores do lar. Seus trabalhos estão envolvidos, principalmente, com a agricultura. Poucas são as mulheres que desempenham alguma atividade fora do lar.

Fica a cargo dos homens a derrubada dos matos e a preparação do terreno para o plantio e às mulheres a responsabilidade de cuidar das crianças, da vida doméstica e das estruturas produtivas edificadas dentro da propriedade, como o galinheiro e o chiqueiro, pela retirada de folhas do quintal e pela alimentação dos animais. Quando não desenvolvem trabalhos domésticos sem remuneração, ajudam nos roçados e na criação de animais.

As relações familiares se materializam no espaço e que de certa forma amenizam os conflitos por ocupação de novos terrenos. Muitas vezes os pais e filhos residem na mesma casa ou em outra habitação, dividindo os espaços da propriedade. Nota-se, que há uma tendência na comunidade, de grupos familiares, aqui entendidos como pais, filhos e netos, residirem em habitações próximas uma das outras, estabelecendo uma vizinhança mais ou menos definida, propondo uma organização espacial por grupo de parentesco.

Essa proximidade nas disposições das residências ocorre não só pela manutenção do vínculo familiar, mas em decorrência de o chefe de família já ter estabelecido uma relação com os “proprietários” das terras onde residem. Como já possuem esse laço de permissão em relação ao uso da terra, fica mais fácil para a edificação de novas moradias. Além disso, os recursos naturais, os roçados e a criação de animais presentes na propriedade também são divididos entre os membros do grupo familiar.

Na representação cartográfica das disposições das moradias na comunidade, todas as residências foram identificadas pelo nome de seus moradores. Foram

representadas 34 famílias, das 51 oficialmente cadastradas. O mapa intitulado “Residências de Nazaré” foi confeccionado pelo grupo de trabalho formado por adolescentes e jovens da comunidade. Em sua representação, consideram apenas o núcleo Nazaré como pertencente à comunidade quilombola. Quando perguntados pelo restante das famílias, mencionaram que elas não faziam parte de Nazaré, apesar de estarem na contagem total do número de famílias.

Essa diferenciação no total de famílias ocorre por dois motivos: primeiramente, porque nessa contagem está presente alguns parentes dos posseiros que se identificam como quilombolas e famílias que, juntamente com os quilombolas foram beneficiadas com a instalação do sistema de energia elétrica, realizando um só cadastro geral da comunidade.

Essa atividade permitiu discutir questões latentes para os moradores de Nazaré, como a auto definição como quilombolas. Por isso, ao apresentarem o resultado de suas representações o grupo formado por moradores mais antigos não concordaram com o que estava sendo exposto, mencionaram que possuíam uma relação muita antiga com esses moradores e que eles também tinham o direito de estar representados no mapa. Exaltaram a boa convivência que conseguiram conquistar ao longo dos anos, por isso, discordavam do mapa criado, pois consideram que os demais moradores já faziam parte da comunidade. Um dos participantes mencionou que o projeto quilombola foi pensando assim, incluindo todos os moradores da comunidade.

Na visão dos mais jovens, só tem direito de ser representado quem está envolvido na luta dos direitos dos quilombolas, estes sim, devem ser representados. Uma das jovens lideranças e integrante da associação quilombola salienta que as relações de parentesco são importantes, mas o mais significativo é estar presente nas ações da associação quilombola. Já para os mais velhos os laços criados devem ser levados em consideração na representação da comunidade, pois a boa relação que conseguiram estabelecer ao longo dos anos, isso sim, tem um valor maior.

É notório que os laços estabelecidos, durante os mais de 200 anos, ainda são muito fortes, principalmente por parte dos moradores mais antigos. Acredita-se que, como as condições de vida em anos anteriores eram mais difíceis, os moradores residentes no território de Nazaré tinham uma relação ainda mais próxima.

Na atualidade, os conflitos estão mais relacionados à convivência dos quilombolas com as famílias que detêm a “propriedade” da terra. Estas limitam as áreas de acesso para o cultivo, criação de animais e até a construção de algumas benfeitorias por parte dos moradores; inclusive a permissão para uso de determinados recursos naturais, como, por exemplo, a água, é gerador de disputas entre os posseiros e os moradores de Nazaré.

Andrade (2008) expressa a ideia de que, a inclusão dessas discussões por meio do mapeamento participativo pode levar tanto à criação de oportunidades de consenso como também a novos conflitos dentro e fora da comunidade. Durante a realização do mapa das formas de uso do território de Nazaré, os moradores manifestaram a insatisfação quanto às proibições de uso da terra. Nas oficinas de mapeamento eram comuns relatos referentes a essas proibições. Muitos mencionaram que na atualidade não tinham direito a terra e que ainda estavam morando apenas de favor.

O medo de se manifestar, de falar sobre a atual situação da terra, era perceptível no olhar dos moradores. A relação que os quilombolas mantêm com os posseiros ainda hoje é de subserviência, mas, com algumas famílias, essa realidade vem sofrendo algumas modificações. Antes da auto definição havia maior proximidade com os posseiros, até mesmo porque os moradores de Nazaré tinham que entregar uma parte da produção, para compensar a terra que estavam ocupando. Alguns ainda mencionam que “eles são os nossos patrões, o que nos podemos fazer”. Após a certificação da comunidade junto à FCP, os posseiros se distanciaram. Até mesmo a cobrança da metade do que é produzido com o cultivo do milho e da banana, já não é realizada.

Mesmo com esse distanciamento, na representação das áreas mais importantes e também geradoras de conflito, os moradores ressaltaram os recursos hídricos e os espaços destinados para o cultivo e criação de animais, levantando vários questionamentos sobre o uso do território pelos quilombolas. O mapeamento dessas áreas possibilitou a reafirmação de discussões, principalmente, no grupo dos moradores mais antigos e em sua maioria formada de agricultores que, relataram que durante toda a sua vida, como agricultores, nunca haviam tido liberdade para o cultivo de seus roçados.

Os problemas quanto ao uso do território estão mais relacionados aos espaços destinados para o cultivo de alimentos. Muitos moradores, pela falta de espaço dentro do perímetro da propriedade onde residem, necessitam arrendar terras fora do território de Nazaré ou no caso das hortaliças desenvolveram um sistema de hortas suspensas.

No mapeamento foram identificadas áreas utilizadas com diversos fins, ressaltando sistemas que estão em uso atual ou em estado de pousio como áreas de: a) capoeira fina; b) mata; c) capim; d) bananal; e) cana-de-açúcar; f) mangueiral; g) bananal velho; h) bambuzal; e; i) roçado. Apesar de manterem uma relação comunitária, o uso da terra não é comunal, pois o território está “dividido” entre os sete herdeiros, não podendo realizar seus roçados em qualquer lugar do território.

As roças são cultivadas por um núcleo pertencente ao mesmo grupo familiar. O número de pessoas envolvidas pode variar bastante, dependendo do tipo de cultivo e da área a ser cultivada. O cultivo da banana, por exemplo, é o mais representativo e envolve geralmente pais e filhos. A preparação da terra para os cultivos de forma em geral, iniciam-se em setembro, ficando a cargo dos homens a realização dessa atividade. O plantio só ocorre com o início das primeiras chuvas, normalmente em dezembro ou janeiro, e a colheita varia de acordo com a época de cada plantio, iniciando-se de três a seis meses após o plantio. Nessas atividades, as mulheres praticamente não participam, haja vista ser um trabalho pesada.

No caso dos recursos hídricos, a localização geográfica e as condições climáticas de Nazaré permite que ela tenha hoje, em seu perímetro, nove nascentes ou olhos d'água, como comumente identificado pelos moradores, abastecendo não só os moradores locais como os da sede municipal. Algumas dessas nascentes, durante o mapeamento foram identificadas pelo nome, muitas vezes relacionado ao morador que reside próximo à nascente ou a outra denominação importante para o restante dos moradores de Nazaré. Problemas quanto ao uso dos recursos hídricos ainda ocorrem em situações isoladas. Dois moradores, apenas, é que mencionaram já haverem ocorrido conflitos quanto à proibição da retirada de água das nascentes.

No mapeamento das formas de uso do território, essas questões foram levantadas pelos moradores que abandonaram o receio de expor suas opiniões sobre a posse e propriedade da terra e iniciaram discussões importantes para a comunidade como: condições de vida; quem eram os proprietários das terras

reivindicadas; e por que havia limitações quanto ao uso do território e dos recursos presentes em sua extensão. Muitas dessas indagações eram expostas apenas em momentos reservados e sem a presença de tantos moradores.

A importância do mapeamento participativo está justamente nessa possibilidade, permitindo com base no “empoderamento” social a superação das relações de poder existentes nos espaços ocupados ao longo do tempo.

O “empoderamento” como destaca Barqueiro (2012), permite a articulação de interesses na busca de direitos em comum, envolvendo um processo de conscientização para a formação de uma consciência crítica. Mesmo com a presença de alguns proprietários no momento das atividades, os quilombolas de Nazaré, não se intimidaram, como foi observado em momentos anteriores, mas estabeleceram um diálogo sobre a situação dos recursos naturais dentro do território e das limitações das atividades desenvolvidas.

Os conflitos referentes ao uso das terras acentuaram-se com a afirmação da identidade quilombola, buscando garantir o direito a terra e a manutenção do modo de vida. Dessa forma, a inserção de atividades de mapeamento participativo contribui para a inserção de discussões entre os moradores de Nazaré, não só em relação, as famílias que se identificam como quilombolas, mas também em relação aos espaços utilizados pelos moradores.

Essas atividades, inicialmente foram empreendidas no sentido de compreender as formas de organização espacial da comunidade, mas pode-se evidenciar uma superação dessas perspectivas, possibilitando fortalecimento da identidade e luta pela titulação de suas terras. A auto definição como quilombolas, em Nazaré, é compreendida como um reconhecimento da cidadania a um grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de quilombos no Brasil no decorrer dos períodos Colonial e Imperial empreendeu-se por meio de diversas tentativas de fugas e resistência por parte dos africanos escravizados. Na historiografia nacional, esses grupos permaneceram invisíveis durante um longo período. Na atualidade, são denominados quilombos contemporâneos e buscam reconhecimento e valorização de suas formas de organização social e espacial.

A manutenção das formas de organização da comunidade, baseada principalmente, nas relações de parentesco possibilitaram que os moradores de Nazaré garantissem a manutenção de suas formas de vida. Contudo, se tornou urgente, a tomada de atitude por parte do poder público na titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas. A comunidade está vulnerável as pressões externas já que sua base econômica pauta-se na relação com a terra, limitadas pelas relações estabelecidas com os proprietários das terras, dificultando a proposição de alternativas que possibilitem a sustentabilidade da comunidade, haja vista, não possuírem autonomia para o uso e ocupação das terras.

As formas de “empoderamento” advindos da inserção de práticas do mapeamento participativo podem proporcionar caminhos para a transformação social, um meio de estabelecer um futuro possível, além de possibilitar reivindicações coletivas de seus direitos, aumentando a sua capacidade do diálogo com questões definidas por eles mesmos como importantes.

Que as ações de mapeamento possam possibilitar ações concretas de transformação social, uma forma de reivindicação coletiva de direitos.

Referências

ACSELRAD, H; COLI, L.R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, p. 13-43, 2008.

ALBUQUERQUE, W. R. de. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: **Quilombos – Identidade étnica e territorialidade**. Eliane Cantarino O’Dwyer (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV e ABA, 2002.

ANDRADE, E.D.V. **A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo**, 2008, 79f. Dissertação (Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação). Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

BAQUERO, R.V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-189, jan.-abr. 2012.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. Notas de campo. In BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação - uma introdução à teorias e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 27ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

CARRIL, L. de F. B. Quilombo, Território e Geografia. **Agrária**, São Paulo, n. 3, pp. 156-171. 2006.

COLCHESTER, M. O mapeamento como ferramenta para garantir o controle comunitário: alguns ensinamentos do sudeste asiático. **WRM Boletim**, Montevideo, nº 63. Outubro. 2002.

FIABANI, A. **Os novos quilombos**: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988 – 2008), 2008, 275 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

GOULART, J. A. **Da fuga ao suicídio**: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, INL, 1972.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Portugal, v. IV, p 333-354. 2000.

MALCHER, M. A. F. **Identidade quilombola e território**. Encontro Água, Terra e Teologia: para outro mundo possível, Comunicação do III Fórum Mundial de Teologia, 2009, p. 399-421.

MATTOS, R. A. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MATTOSO, K. de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MILAGRES, C.S.F. et al. **O uso da Cartografia Social e das técnicas participativas no ordenamento territorial em projetos de reforma agrária**, 2011, 114f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2010.

O'DWVER, E. C. Terras de quilombo no brasil: direitos territoriais em construção (p. 42-49). In: ALMEIDA, A.W.B. (Org) - [et al]. **Territórios quilombolas e conflitos**, Manaus, v. 1, n. 2, p. 42-49. 2010.

SCHMITT, A; TURATTI, M. C. M; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, ano V, n. 10, p. 129-136, 1º semestre. 2002.

SOUSA, A. V. C. **Afro-cearenses em construção**: discursos identitários sobre o negro no Ceará. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2008.